

## APRESENTAÇÃO

Caros leitores, é com satisfação que publicamos o volume 6, número 2 de 2018 da Revista Alamedas. A mesma é mantida e organizada pelos estudantes do Programa de Mestrado em Ciências Sociais e do Programa de Mestrado em Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, campus Toledo.

Para essa edição contamos com textos sobre identidade, judiciário, educação, movimentos sociais e ecogastronomia. A organização deste volume foi pensada de forma que pudesse haver uma transversalidade entre os artigos, mesmo que alguns textos sejam de discussões distantes. Para tanto, a tentativa fica em refletir sobre as diversas formas de construção do conhecimento e assim, torna-se possível o diálogo entre os artigos.

O primeiro artigo é de autoria de Celuniel Aquino Valiente e Rogerio de Palma, **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE GUARANI NO PERÍODO COLONIAL**, com o intuito de fornecer subsídios para o entendimento da instituição do saber colonial, o artigo pretende esboçar uma análise acerca de como se construiu, ao longo do período colonial, uma identidade “guarani” entre as sociedades indígenas que estão situadas no atual estado de Mato Grosso do Sul.

No segundo texto intitulado **DEVER FUNDAMENTAL DE PAGAR TRIBUTOS: DEVER JURÍDICO OU DEVER MORAL**, do autor Felipe Viana de Araújo Duque, nos apresenta um texto que se propõe a efetuar uma análise dos elementos que compõem o dever fundamental de pagar tributos no Estado Democrático de Direito, pautando-se no referencial da solidariedade social, com a aplicação das ideias na temática relativa a configuração histórica do Estado e da Tributação.

Dando sequência a discussão em torno do direito, Hugo Bridges Albergaria em seu artigo intitulado **CIDADANIA E DIREITO À JUSTIÇA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE O PAPEL DA MAGISTRATURA BRASILEIRA NA CONFIGURAÇÃO DE UM CIDADÃO PLENO**, que traz sobre o processo de aquisição de direitos civis, políticos e sociais, e a possibilidade de configuração de um cidadão pleno é debate atual no campo acadêmico. Junto a isso, o desejo de se fortalecer as instituições políticas para que se possa vislumbrar uma sociedade mais igualitária é tema tanto na academia, quanto no plano de aplicação de políticas públicas e desenvolvimento social. Dentro do campo dos direitos civis, o direito à justiça tem se mostrado importante fator de

inacessibilidade dos indivíduos brasileiros à condição de cidadãos plenos, a partir do conceito abordado por T. H. Marshall.

Ainda no âmbito jurídico, o quarto texto a ser apresentado é de Kelly Cardoso da Silva, com o título, **SOCIEDADE DE RISCO, MÍDIA E ORDENAMENTO JURÍDICO**, em seu texto ela expõe que a globalização acarretou mudanças de ordem ideológica, científica-tecnológica e, sobretudo, social. Como resposta a estas mudanças e a modernidade tardia, nasce uma sociedade de risco, incertezas, insegurança e medo, a qual é potencializada pela influência dos meios de comunicação, ocasionando reflexos no ordenamento jurídico. Assim, essa sociedade de risco clama pela solução das novas demandas, exigindo do Estado uma célere ação como forma de contenção da moderna problemática e da criminalidade.

O quinto título, **AS CONTRIBUIÇÕES DA CATEGORIA DA TOTALIDADE PARA A ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**, autoria de Gabriel Teles, o presente artigo propõe discutir a questão da categoria da totalidade e sua possível contribuição analítica para as pesquisas que versam sobre os movimentos sociais, a partir dos escritos metodológicos de Marx e alguns de seus seguidores.

Evandra Gonçalves Cristina no texto **“MACHISTA, RACISTAS NÃO PASSARÃO” - UMA ETNOGRAFIA NA MARCHA CONTRA O ESTUPRO EM PORTO ALEGRE**, visa refletir sobre a interseccionalidade de raça e gênero no contexto da marcha, em Porto Alegre, denominada “Por TODAS ELAS, realizada no dia 1 de Junho de 2016, a partir das palavras de ordem, imagens e buscar os significados a partir da literatura da área constitui-se como objetivo desse exercício etnográfico.

Compondo o sétimo artigo Rodrigo Oliveira Lessa, busca trazer um panorama sobre algumas das mais relevantes pesquisas e reflexões sobre **O TEMA DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO CONTEXTO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**, por meio deste levantamento, analisamos de que maneira esta produção respondeu aos desafios lançados pelas contradições envolvendo os movimentos de expansão e retração do ensino básico e universitário, bem como o combate e a reprodução das desigualdades sociais envolvendo os processos educacionais.

No oitavo texto intitulado **DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO: ESCASSEZ DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO DE CAMPO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR**, a autora Elisiane Zvir em sua pesquisa objetiva de compreender a importância da especialização em Ensino Religioso e compreender o perfil de formação dos inscritos para atuarem como professores da disciplina na Educação de Campo no município

de Guarapuava-PR. A metodologia do trabalho envolveu leituras bibliográficas e levantamento de dados sobre o número de inscitos e suas pontuações na classificação final para atuarem da Educação Estadual no ano de 2016. OS dados foram coletados no site do Núcleo Regional de Educação de Guarapuava-PR, Dados resultantes da pesquisa nos mostram que ainda é recente a disciplina no Brasil, pois foi aprovada em 1996.

O nono texto de autoria de Raoany de Souza Ribeiro e Giseli Monteiro Gagliotto, tem por objetivo fomentar o estranhamento/curiosidade nas palavras diferentes no título deste trabalho, **PANOPTISMO ÀS IDENTIDADES EDUCACIONAIS DE PASSAROFES DE UMA ESCOLA DO CAMPO: INADUBAÇÕES SOBRE O ISSO**, Sobretudo, a pretensão central dessa pesquisa é trabalhar o conceito de panoptismo de Foucault, como questões de vigília e controle das identidades de passarofes (palavra que mistura pássaro com professor junto a uma linguagem não-binária) de uma escola do campo, trazendo conceitos como *inadubação* (não-dito e suas consequências), assim como o *isso*, referindo-se ao como es passarofes se direcionavam ao falar de lesbianidades.

**MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO, EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES**, o décimo texto, de Andre Luiz de Souza, nesta pesquisa tem por objetivo discutir o pensamento Marxista em torno da Educação e a concepção epistemológica do conceito Educação do Campo, relacionando a teoria marxista com os elementos centrais da pedagogia do Campo. Utiliza-se, para isso, o método histórico dialético para compreensão da realidade. Nesse sentido, a Educação do Campo tem elementos cruciais do método dialético, pois, utiliza-se do sujeito como protagonista de seu desenvolvimento histórico, rompendo com as barreiras construídas da educação mercadológica. A Educação do Campo vem como uma crítica ao desenvolvimento atual da sociedade burguesa, que nega os direitos fundamentais da sociedade em geral, mais especificamente aos povos do campo.

No décimo primeiro artigo Paulo Ricardo Bavaresco e Giovana Maria Di Domenico Silva nos apresenta o **MUNDIALIZAÇÃO, INDIVIDUALISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PLANETÁRIA?** onde objetiva verificar a possibilidade da construção do exercício da cidadania planetária. Durante os últimos anos, os avanços tecnológicos transformaram de tal forma a sociedade, possibilitando, assim, o surgimento de movimentos sociais globais. A partir desses movimentos, reivindicações de caráter local passaram a ser globais, pelo fato da instantaneidade das comunicações que os conecta, em tempo real, com outros movimentos mundiais. Ao mesmo tempo em que a

tecnologia das comunicações ampliou as relações entre os movimentos sociais e encurtou distância promoveu também a individualização da sociedade.

Andre Luiz de Souza e Vinicius Gaspechoski Aurélio no décimo segundo título **EDUCAÇÃO DO CAMPO E NEOLIBERALISMO: UMA BREVE TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MST**, objetivaram compreender as nuances da ideologia neoliberal sobre as políticas públicas educacionais voltadas para Educação do Campo no Estado brasileiro. Buscou-se refletir a partir de levantamento bibliográfico, de leituras e aproximações na tríade que compreende a Educação do Campo, as políticas públicas e a implantação do neoliberalismo no Brasil. Para isso, foi utilizada a teoria marxista como elemento estruturador do estudo. Recuou-se no tempo na tentativa de reconstruir os (des)caminhos trilhados pelas políticas públicas no Brasil ao longo de sua história.

O décimo terceiro texto intitulado **TRAJETÓRIAS DO ENSINO NO BRASIL: CRISES HERDADAS E FUTURO INCERTO**, da autora Mariana Duarte, trabalho consiste em uma breve abordagem acerca da história da leitura, da escrita e do ensino no país, apropriando-se também de questionamentos sobre quem é e como foi formado o público leitor brasileiro assim como os entraves da educação na pós-modernidade, e, a partir do estudo da obra **A sociedade individualizada** de Zygmunt Bauman, em especial nas Universidades assim como os desafios mediante a revolução tecnológica.

O décimo quarto artigo desse número é protagonizado pela Kamila Guimarães Schneider, em texto sobre **A ECOLOGIA NO PRATO: UMA ANÁLISE ETNOGRÁFICA SOBRE OS CONCEITOS DE ECOGASTRONOMIA E PRAZER**, que tem foco a ecogastronomia pretendendo discutir o seu conceito e a sua aplicabilidade através das diretrizes e das visões trazidas pelo movimento denominado Slow Food. Para tal é necessário em um primeiro momento trazer uma contextualização sobre o Slow Food. Em seguida discutir como um movimento internacional, que propõem uma alimentação local, se articula com as esferas nacionais e regionais. Desta forma, ver os pontos convergentes e divergentes deste conceito no âmbito brasileiro e regionalizado.

Para finalizar, no décimo quinto texto a autora Ana Luiza da Gama e Souza, apresenta um texto no qual analisa a insegurança alimentar no Brasil, intitulado **STANDARDS DE TOXIDADE E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL**, propõe-se uma análise da problemática da insegurança alimentar no Brasil no que toca a contaminação dos alimentos por substâncias químicas como herbicidas, pesticidas e outros contaminantes. O problema será enfrentado, por um lado, a partir dos standards privados que guiam o sistema alimentar

no mundo e por outro, dos indicadores de direitos humanos, cuja finalidade é proporcionar um monitoramento efetivo das obrigações do Estado de garantir a segurança alimentar.

Por fim, depois dessa apresentação, esperamos que o leitor faça uma útil e ótima leitura e que os textos selecionados possam contribuir em análises e reflexões.

Comissão Editorial